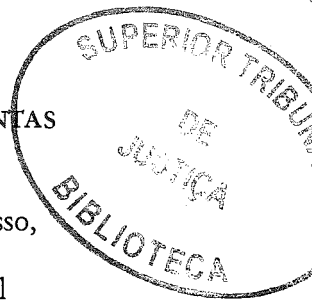


MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
Mestre e Doutor em Direito
Procurador da República
Professor de Teoria Geral do Processo,
Direito Processual Civil e
Direito Processual Constitucional



RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO DIREITO BRASILEIRO

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre / 2000

SUMÁRIO

Prefácio	13
1.Introdução	17
1.1. Apresentação do Tema.....	17
1.2. Principais Dificuldades em Discorrer sobre Ele.....	17
1.2.1. Plurivocidade e Equivocidade do Termo Reclamação 17	
1.2.1.1. Nos Dicionários em Geral.....	18
1.2.1.2. Nos Dicionários Jurídicos	20
1.2.1.3. Nos Dicionários Jurídicos Especializados	23
1.2.1.4. Necessidade de sua Rigorosa Delimitação	25
1.2.2. Confusão com Outros Institutos de Mesmo Nome	26
1.2.2.1. Outras Reclamações.....	27
1.2.2.2. Variada Natureza das Diversas Reclamações Existentes	30
1.2.2.3. O Problema da Reclamação Correicional	31
1.2.3. Escassez Doutrinária	32
1.2.4. Mutação Jurisprudencial	34
1.2.5. Divergências de Opinião	34
1.3. Tentativa de Superar as Dificuldades Referidas: Riscos e Compensações	35
1.4. Perspectiva de Tratamento do Assunto	36
1.4.1. Utilização dos Instrumentos da Análise Lingüística....	36
1.4.2. Enfoque Aberto.....	41

2. Origem e Evolução da Reclamação	45
2.1. As Fases Histórico-Jurídicas da Reclamação	45
2.1.1. Considerações Preliminares	48
2.1.2. A Correição Parcial.....	52
2.1.3. Posicionamento a Respeito	127
2.1.4. A Primeira Fase (Antes da Introdução da Reclamação no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)..	144
2.1.4.1. A Teoria dos Poderes Implícitos	144
2.1.4.2. A Situação do Supremo à Época.....	170
2.1.4.3. A Jurisprudência do STF sobre Reclamação nessa Fase Inicial	172
2.1.5. A Segunda Fase (Da Adoção da Reclamação no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal até o Advento da Constituição de 1967).....	191
2.1.6. A Terceira Fase (Da Constituição de 1967 até a Promulgação da Emenda n.º 7, de 1977, à Mesma Carta).....	207
2.1.7. A Quarta Fase (Da Edição da Emenda Constitucional n.º 7, de 1977, à Constituição de 1967, até a Entrada em Vigor da Atual Constituição).....	218
2.1.8. A Quinta Fase (A Partir da Constituição de 5 de Outubro de 1988)	264
3. A Reclamação no Direito Posto	267
3.1. Na Esfera do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	267
3.2. No Âmbito de Outros Tribunais.....	271
3.2.1. Questão Prévia	271
3.2.2. Da Justiça Federal.....	275
3.2.3. Da Justiça do Trabalho	277
3.2.4. Da Justiça Eleitoral.....	282
3.2.5. Da Justiça Militar da União.....	295
3.2.6. Das Justiças dos Estados	301
3.2.7. Da Justiça do Distrito Federal e Territórios	303
3.3. Suma do Assunto	305
4. Análise da Jurisprudência acerca da Reclamação sob a Constituição Vigente	317

4.1. No Supremo Tribunal Federal.....	318
4.2. No Superior Tribunal de Justiça.....	365
4.3. No Tribunal Superior Eleitoral e no Superior Tribunal Militar.....	381
5. Direito Comparado	385
5.1. Prolegômenos.....	385
5.2. Direito Americano.....	388
5.3. Direito Alemão	395
5.4. Direito Austríaco	403
5.5. Direito Espanhol.....	405
5.6. Direito Francês	414
5.7. Direito Italiano	417
5.8. Direito Português.....	419
5.9. Direito Comunitário.....	423
6. Natureza Jurídica da Reclamação	431
6.1. Aspectos Preambulares	431
6.2. Medida Administrativa	435
6.3. Procedimento de Jurisdição Voluntária ou <i>Mero</i> Procedimento	440
6.4. Recurso	452
6.5. Incidente Processual.....	456
6.6. Ação	459
7. Características da Ação de Reclamação e sua Relevância Constitucional	463
8. O Processo da Reclamação	471
8.1. Generalidades.....	471
8.2. A Relação Processual na Reclamação.....	473
8.2.1. Sujeitos	474
8.2.2. Objeto	479
8.2.3. Pressupostos	480
8.3. Competência	481
8.4. Hipóteses de Cabimento.....	482
8.5. Estrutura Procedimental.....	485
8.6. Recursos e Outros Meios de Impugnação	488

9. Reflexão Crítica sobre a Reclamação e suas Perspectivas	491
10. Conclusões	519
Referências Bibliográficas	523